

JORNAL DO PROCURADOR



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | OUT/DEZ 2011 | EDIÇÃO 55

Rita Lee anima festa de final de ano



PARTICIPAÇÃO

Carreira mostra união em Assembleia da Apesp

página 3

LEGISLATIVO

Frente Parlamentar da Alesp realiza sessão solene exaltando a Advocacia Pública Nacional

página 4

LÁUREA

Apesp presta homenagem aos colegas aposentados

página 8

CONFRATERNIZAÇÃO

Encontro de Procuradores teve como cenário fazenda do século XIX

página 9

TELEVISÃO

Conheça os novos convidados do programa "Argumento"

página 10

Receita de Ano Novo

*"Para ganhar um Ano Novo
que mereça este nome,
você, meu caro,
tem de merecê-lo"*

Nesse verso objetivo, direto, singelo e, porque não dizer, duro, o poeta Carlos Drummond de Andrade sintetiza sua Receita de Ano Novo e nos ensina ou nos lembra que a mudança ou o novo depende de nós, de nossas atitudes.

O poema todo é muito bonito e está parcialmente reproduzido no cartão de Natal deste 2011 da Apesp, secundado pelos votos da Diretoria de que nossos sonhos, pela força de nossa ação, se tornem realidade.

Ao compartilharmos a visão de vida do poeta com os colegas nosso objetivo não é atribuir a quem quer que seja responsabilidade sobre o que de bom ou de mau aconteceu na Apesp, na PGE, no Estado de São Paulo, no Brasil ou no mundo.

O objetivo desse compartilhamento é reavivar no espírito de cada um de nós a noção, mais do que a noção, a certeza de que somos e de que podemos ser agentes de nosso futuro.

Nesse ano de 2011 tivemos a felicidade de concretizar alguns sonhos em nossa entidade de classe.

Penso que o maior deles foi conquistar um espaço na televisão brasileira para falarmos à sociedade sobre o trabalho dos Procuradores do Estado.

O programa Argumento, que vai ao ar semanalmente na TV Justiça e no CNU, nasceu da vontade irrefreável de fazer acontecer e da convicção obstinada de que somos senhores de nossos destinos.

Não foi nada fácil desbravar esse admirável mundo novo das produções televisivas. A tarefa envolveu todos os diretores da Apesp indistintamente, mas a iniciativa pioneira está permitindo não só mostrarmos um pouco do que é a advocacia pública em São Paulo e no Brasil, mas também está propiciando que conheçamos de perto a atuação dos colegas da União, de outros estados da federação, de municípios e, com isso, que partilhemos experiências; que estabeleçamos relações de solidariedade e fixemos diretrizes comuns de atuação entre os diferentes setores da advocacia pública, notadamente no parlamento; que o conceito de advocacia pública ganhe contornos mais concretos e a ideia de uma lei orgânica nacional para essa função essencial à Justiça passe a ser mais discutida; que consolidemos parcerias com pessoas, autoridades e entidades dispostas a trabalhar para o engrandecimento da advocacia pública. Enfim, a riqueza dessa experiência tem sido descobrir que a almejada exibição das entrevistas em rede nacional é apenas um dos produtos desse trabalho, que, para nossa alegria, tem produzido muitos outros.

Inúmeros são os sonhos ainda por realizar ou as utopias a alcançar.

Muito trabalho, dedicação e perseverança serão necessários para atingirmos nossas metas. Mas tenho certeza que chegaremos lá, que ganharemos um Ano Novo que mereça este nome, porque faremos, como temos feito, por merecê-lo. E que ao final os frutos colhidos serão muito mais variados, doces e coloridos do que inicialmente imaginados.

Feliz Natal e um Ano Novo digno do nome para todos!

Márcia Semer é presidente da Apesp

EDITORIAL 2

A Comissão de Prerrogativas

Quando comecei a trabalhar na Procuradoria Judicial percebi que a atuação do Procurador do Estado nessa área muitas vezes era mal compreendida pelos Juízes da Fazenda Pública, que culpavam os Procuradores por eventual demora no cumprimento das inúmeras sentenças contra o Estado. Por isso, vez ou outra, os Juízes determinavam o encaminhamento destas questões ao Ministério Público para abertura de inquérito policial, por crime de desobediência ou por improbidade administrativa.

Nesta gestão da diretoria da Associação dos Procuradores do Estado a nossa Presidente, Márcia Semer, ficou sensível a estas questões e me convidou para coordenar uma Comissão para a Defesa das Prerrogativas dos Procuradores do Estado.

Durante mais de um ano de funcionamento desta Comissão, deparamo-nos com várias situações em que se fez necessária nossa intervenção.

Não sei se esta é uma questão particular de nossa instituição, mas vejo que, em razão da organização extremamente hierarquizada ocorrem muito mais problemas de prerrogativas internamente do que externamente, seja pela existência de tensão entre o Procurador do Estado e a Chefia, seja pelo envolvimento de colegas em processos disciplinares, que, para minha surpresa, não são poucos.

Por isso, acredito que uma das grandes dificuldades da atual Comissão de Prerrogativas é justamente a atuação frente aos problemas internos, pois, não raro, enfrentamos situações com dois ou mais associados em conflito, tor-

nando delicada nossa atuação. Nestes casos, acredito que primeiro deve ser tentado, se possível, uma conciliação entre os envolvidos, procurando cessar o conflito; até porque ficou acordado que, para esses casos, esta Comissão deveria, primeiramente, atuar na busca da pacificação, e, se necessário, partir para atuações mais enérgicas.

Os Procuradores do Estado, em reunião histórica no dia 18 de novembro de 2011, em que várias questões fundamentais para a APESP e nossa carreira foram decididas, votaram, por aclamação, pela criação da Diretoria de Prerrogativas, a ser instalada na próxima gestão.

Ainda temos muito trabalho pela frente, pois é necessário sistematizar esta futura Diretoria, para que ela exerça de forma eficaz a defesa das prerrogativas, porque, infelizmente, com o aumento das demandas da nossa instituição, aliada à falta de estrutura adequada, sem quadro de apoio suficiente, sem independência funcional dos nossos membros e com antiquada hierarquização, continuaremos com várias situações de conflito.

Desta forma, a atual Comissão está à disposição dos associados, havendo inclusive um e-mail direito para reportar eventuais violações: comissao deprerrogativas@apesp.org.br. O sítio da APESP na internet possui um link em que o associado acessa diretamente esta Comissão.

José Carlos Cabral Granado é coordenador da Comissão de Prerrogativas e diretor de Patrimônio da Apesp



DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Zelmo Denari

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETORA FINANCEIRA

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Ana Maria Bueno Piraino

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

José Carlos Cabral Granado

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Thiago Luís Sombra

CONSELHO ASSESSOR

José Damião de Lima Trindade

José do Carmo Mendes Junior

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Mary Chekmenian

Sebastião Vilela Staut Jr.

CONSELHO FISCAL

Caio Augusto Limongi Gasparini

Caio César Guzzardi Silva

Norberto Oya

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp,

Ricardo Lucas,

Cristiano Tsonis e

"Foca – Foto e Imagem"

CAPA

Osiris Santos Jr.

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.500 exemplares

Acesse a versão on-line do
Jornal do PROCURADOR
no site <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela Apesp.

Assembleia Geral da Apesp decide temas relevantes

Por deliberação de 100% dos votos, a Assembleia Geral – que reuniu cerca de 400 procuradores – repudiou qualquer proposta de alteração da sistemática remuneratória e chancelou o prestígio que deposita no modelo atual em vigor há 20 anos. “Demos uma resposta inequívoca à proposta do Gabinete da PGE de migração para o subsídio. A votação de 100% dos presentes na manutenção do sistema remuneratório atual chegou a ser emocionante. O índice de 98% estipulado pelo procurador geral, em recente sessão do Conselho, foi alcançado com folga. Esperamos do colega procurador geral o respeito à contundente decisão da carreira”, define Márcia Semer, presidente da Apesp. Conheça todos os resultados:

1 Sistemática remuneratória

Manutenção: 100%

Migração para o subsídio: 0%

Abstenções: 0%

2 Criação da categoria de “sócio remido”: rejeitada.

Favoráveis: 21,18%

Contra: 75,39%

Abstenções: 3,43%

3 Suspensão semestral da cobrança da taxa de inscrição para associação do procurador à Apesp: reprovada por não ter atingido o quorum de 2/3 dos presentes.

Favoráveis: 66,45%

Contra: 29,97%

Abstenções: 3,58%

4 Mudança do início do exercício administrativo da Apesp para 1º de janeiro e término para 31 de dezembro: aprovada.

Favoráveis: 95,62%

Contra: 2,19%

Abstenções: 2,19%

I Deliberação vinculada: a mudança do início do exercício administrativo deverá ocorrer no biênio 2012/2013.

Biênio 2012/2013: 56,93%

Biênio 2014/2015: 38,32%

Abstenções: 4,74%

II Deliberação vinculada: a data da eleição será na 2ª quinzena de novembro. Aprovada por aclamação.

5 Mudança do nome da Diretoria de Assuntos Parlamentares para Assuntos Institucionais e Legislativos: aprovada por aclamação.

6 Criação da Diretoria de Prerrogativas: aprovada por aclamação.

7 Criação da Diretoria de Esportes: aprovada por aclamação.

Deliberação vinculada: a Diretoria de Esportes será unida à Diretoria de Patrimônio, tornando-se “Diretoria de Esportes e Patrimônio”.

Vinculada à de Patrimônio: 64,26%

Autônoma: 28,51%

Abstenções: 7,23%

8 Eleição para a Diretoria da Apesp por chapa e nominal para Conselhos Fiscal e Assessor: aprovada.



A inovação ficou por conta do sistema eletrônico de votação. Os associados puderam votar por meio de aparelhos eletrônicos, obtendo uma imediata apuração dos resultados.

Favoráveis: 71,31%

Contra: 27%

Abstenções: 1,69%

9 Instituição da inscrição de candidatos e votação na eleição da Apesp por meio eletrônico, com a instalação de postos de votação nas Unidades da PGE: aprovada.

Favoráveis: 91,58%

Contra: 7,37%

Abstenções: 1,05%

10 Fixação de percentual de 1% dos vencimentos do nível I para a contribuição à Apesp: reprovada.

Favoráveis: 31,08%

Contra: 64,19%

Abstenções: 4,73%

11 Vedação de cumulação de cargo na Apesp com cargo em comissão na PGE: votação prejudicada por falta de quorum mínimo.

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Especial que analisa a PEC 443 promove audiências públicas. Apesp presente em São Paulo e Brasília!

Na primeira quinzena de novembro, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 443/2009, de autoria do deputado mineiro Bonifácio de Andrada, promoveu uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo. A proposta estabelece que “o subsídio do grau ou nível máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal corresponderá a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

A reunião – presidida pelo deputado federal José Mentor (PT/SP) – foi prestigiada por representantes da Advocacia Pública – das esferas federal, estadual e municipal –, fiscais de renda,

auditores fiscais e defensores públicos. A diretoria da Apesp foi representada pela presidente Márcia Semer, pela secretária geral Shirley Tomé e por Cristina Cirenza, diretora financeira. Semer propugnou pela aprovação da PEC, lembrando que a redação original da proposta engloba as carreiras essenciais à Justiça e reafirma a isonomia presente no artigo 132 da Constituição Federal (a íntegra do vídeo com a manifestação da presidente da Associação pode ser acessado no site www.apesp.org.br – seção “Notícias”).

A mesa dos trabalhos foi integrada por Jorge Eluf, procurador do Estado, presidente da Comissão da Advocacia Pública da OAB SP e representante do presidente da Ordem, Flávio Borges D’Urso. O deputado Mentor regis-



trou que envidará o esforço necessário para dar uma resposta às carreiras que apoiam a PEC 443. Porém consignou as dificuldades para a sua aprovação, “devido à atual conjuntura da economia mundial e ao rigor orçamentário implementado pelo Governo Federal”. As audiências públicas da referida Comissão Especial ocorreram também em outras capitais do Brasil.

Em 1º/12, a audiência pública sobre o tema ocorreu em Brasília. A diretoria da Apesp também esteve presente nessa oportunidade para as entidades nacionais se manifestarem.

Alesp homenageia a Advocacia Pública e o ministro da Justiça

Em 9/12, a Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública da Alesp promoveu uma sessão solene para homenagear a Advocacia Pública Nacional e também conceder o título de “**Patrono da Advocacia Pública Nacional**” ao ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo – que é procurador do município de São Paulo. O evento, que teve a participação de procuradores do Estado, dos municípios, de autarquias, da própria Assembleia e advogados da União, foi uma iniciativa de coordenador da Frente, deputado Fernando Capez. “Não existe mal mais perverso do que privatizar a Advocacia do Estado. Por isso, me sinto tão à vontade como ministro da Justiça em defender a Advocacia Pública”, disse o ministro José Eduardo Cardozo (leia trecho da sua manifestação abaixo).

A presidente da Apesp, Márcia Semer, pugnou pela autonomia das PGEs e por um maior investimento na Advocacia Pública. “O programa ‘Argumento – Advocacia Pública em Ação’ (uma produção da Apesp exibida na TV Justiça) nos permitiu conhecer a realidade da Advocacia Pública brasileira. Temos igualmente carências imensas. Em São Paulo, temos uma estrutura extremamente precária. Ficamos 25 anos sem concurso para servidores de apoio e agora teremos um concurso para 250 cargos de servidores de nível médio – o que não atende as reais necessidades da PGE. Não temos peritos contábeis. Nosso quadro de engenheiros está sucateado. Quando buscamos a autonomia da Advocacia Pública, não queremos apenas o mesmo tratamento constitucional dispensado às demais carreiras essenciais à Justiça (Defensoria e Ministério Público), o que já seria, diga-se, motivo suficiente para reivindicarmos a autonomia. Mas pleiteamos a autonomia porque reputamos essencial que o Estado Brasileiro entenda a importância de maiores investimentos na advocacia pública. Buscamos ainda garantias, como a garantia da inamovibilidade, a escolha dos chefes da Instituição dentre os integrantes da carreira, dentre outros. Senhor Ministro, tais temas são objeto de algumas PECs em tramitação no Congresso Nacional. Dessa forma, queremos nos

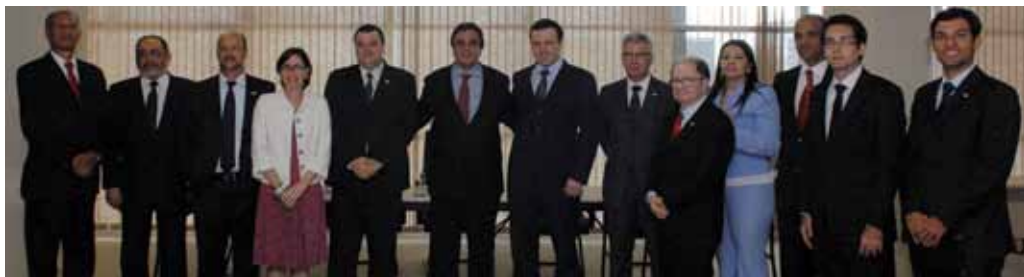
colocar à disposição do Ministério da Justiça para ajudar a traçar o perfil da Advocacia Pública atual e também para expor os nossos sonhos de como deve ser a Advocacia Pública”. Semer, lembrando que a PGE completa 64 anos de existência em 2011, leu o editorial “When I’m sixty-four” (publicado na edição nº 54 do Jornal do Procurador), que expressa um pouco daquilo que a diretoria da Apesp tem defendido para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

Segundo Carlos Mourão, presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo, em algumas ocasiões a firme atuação dos advogados públicos desagrada tanto a sociedade quanto os governantes. “É um problema sério defender a causa pública. Por isso, a importância da Frente Parlamentar para que conquistemos nossos pleitos para poder bem melhor defender o interesse público. Difícil é exercer tal mister sem certas prerrogativas. A questão da autonomia é fundamental. Ademais, os advogados públicos devem estar sempre unidos”.

Para Luis Carlos Palacios, diretor-geral da Unafe, os advogados públicos exercem controle prévio da legalidade dos atos da administração pública. “Por isso, a vinculação administrativa da Advocacia Pública ao Poder Executivo, especialmente, a dependência financeira hoje existente, impõe, na prática, uma inadequada subordinação dos membros que realizam a assessoria e consul-



Entrega da placa com o título de “Patrono da Advocacia Pública Nacional” ao ministro da Justiça.



Apesp participa de audiência com o ministro da Justiça: em 7/12, o ministro José Eduardo Cardozo recebeu uma comitiva de procuradores em reunião realizada no Ministério da Justiça. A Apesp foi representada pela presidente Márcia Semer.



Márcia Semer discursa na sessão solene.

toria das licitações e contratos administrativos aos órgãos representados”.

Vitore Maximiano, defensor público que representou a Defensoria Pública Geral de SP, Daniela Cembranelli, afirmou: “é com muita honra que ocupo essa tribuna. Tive o orgulho de ser procurador do Estado e de presidir o Sindiproesp. Empenhamos a nossa luta pelo fortalecimento da Advocacia Pública e pela instalação da Defensoria Pública. Lutamos para que a PGE abarcasse a advocacia das autarquias e isso aconteceu. No ano de 2006, lutamos pela criação da Defensoria Pública e conseguimos. Nessa caminhada, sempre contamos com o apoio do ministro José Eduardo Cardozo. Contudo, há ainda muito que se avançar para o fortalecimento da Advocacia Pública, da Defensoria Pública e do Estado Democrático de Direito”.

O ministro José Eduardo Cardozo discursou: “acho que todos nós temos momentos em que paramos e podemos olhar o passado. Encontramos bons e maus momentos. A lembrança de momentos especiais é que significa o patrimônio a ser guardado. Essa cerimônia se incorporará a esse patrimônio. Hoje, eu ‘estou’ ministro, mas eu ‘sou’ advogado público. Essa é a minha profissão. Receber essa honrosa titulação não sairá mais da minha memória (...) Vivemos em um Estado de Direito, mas nem sempre foi assim. Passamos anos tristes de uma ditadura militar. Os tempos mudaram pela luta de muitos. O Brasil mudou. Em 1988, promulgamos uma nova Constituição e passamos a viver sob o manto deste Estado de Direito. Sob esse manto, uma atividade essencial é a prestação jurisdicional. Para que uma prestação jurisdicional ocorra plenamente é necessário um juiz, um promotor de justiça e um advogado. Não existe prestação jurisdicional sem que esses três atores atuem com autonomia, com garantias e de forma equilibrada. Neste cenário, está o advogado público. O advogado público não escolhe o seu cliente. O cliente não escolhe o advogado público. A relação entre o Estado e o advogado público é marcada pela impessoalidade. É nessa impessoalidade que muitas vezes surge uma certa tensão, pois o advogado público tem a função de coibir situações de abuso por parte dos governantes. Isso tem gerado situações complicadas. É por tal razão que muitos governantes e setores da sociedade não têm o interesse de valorizar a Advocacia Pública (...) Cabe a mim defender o Estado de Direito. Então, defender a Advocacia Pública é apenas cumprir o meu dever, pois ambos são indissociáveis”.

Apesp realiza novas visitas às Unidades da PGE

Encontros concentraram-se nas Consultorias Jurídicas. No interior, a Associação foi recepcionada pelos colegas da Regional de Campinas.

No último bimestre, a diretoria da Apesp deu continuidade à agenda de visitas às Unidades da Procuradoria, com o propósito de ouvir as preocupações e expectativas dos procuradores, bem como expor os assuntos que têm dominado a agenda da Associação. A etapa priorizou encontros com os colegas das Consultorias Jurídicas: SPPREV, Educação, Segurança Pública e Saúde. O roteiro incluiu também a Procuradoria Regional de Campinas (PR 5) (leia texto ao lado). Em comum, as Consultorias Jurídicas da Saúde, Segurança Pública e Educação padecem com as aposentadorias iminentes de colegas, fato que agravará ainda mais o problema de excesso de trabalho. A SPPREV conta com procuradores dos últimos concursos e, por se tratar de uma autarquia criada recentemente, o trabalho demanda uma análise maior e a construção de teses.

O ponto negativo foi a constatação pelos representantes da Apesp das precárias instalações na CJ da Segurança Pública: 15 colegas distribuídos em uma única sala (sem *work stations*); barulho externo excessivo; sem ar condicionado. “Não sei como é possível desenvolver um trabalho intelectual naquelas condições. A melhoria dessa situação é uma atitude urgente e necessária”, registrou a presidente da Apesp Márcia Semer, durante o Momento do Procurador (sessão do Conselho das PGE, de 6/10/2011). O alerta surtiu efeito: o subprocurador da Consultoria, Adalberto Robert Alves, e a procuradora chefe de Gabinete, Sílvia Helena Furtado, mantiveram tratativas com a Administração para melhor estruturar o espaço de trabalho na Unidade.

Na SPPREV, detectou-se a existência de problemas estruturais ainda a serem resolvidos.

Contudo, os colegas da Unidade informaram que a diretoria da autarquia comprometeu-se a solucioná-los dentro em breve. Na CJ da Educação, as instalações são satisfatórias, porém não ideais, devido à inexistência de ar condicionado – o que torna o ambiente muito quente e barulhento.

PR DE CAMPINAS

Em Campinas, os diretores da Associação conheceram as novas instalações da Regional e puderam conversar sobre diversos temas: (1) a necessidade de carreira de apoio para o desenvolvimento do trabalho na área do Contencioso. Campinas conta, por exemplo, com apenas um engenheiro em seus quadros para dar o suporte técnico necessário nas demandas que envolvem tema imobiliário, carecendo também de peritos contábeis, dentre outros profissionais indispensáveis à efetivação da defesa do Estado em juízo; (2) a insatisfação com a resolução que regulamenta a GAE, em razão do tratamento atribuído ao Contencioso do interior; (3) a persistente situação de paralisia do anexo fiscal de Campinas. Trata-se de tema dos mais relevantes, na medida que diretamente envolvido com a efetividade do processo executivo fiscal na região e a capacidade do Estado de cobrar os inadimplentes e evitar sonegação fiscal; (4) constatou-se que os JECs têm gerado volume grande de processos, verificando-se dificuldades na obtenção de informações nos prazos reduzidos.

INSTITUIÇÃO

Apesp participa de audiência com o procurador geral Elival da Silva Ramos

Acompanhada do deputado Fernando Capez, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública na Assembleia Legislativa, a diretoria da Apesp esteve no dia 8/11 em reunião com o procurador geral do Estado Elival da Silva Ramos.

O objetivo da reunião foi apresentar ao procurador geral alguns aspectos da pauta de reivindicações que a Apesp vem trabalhando com os deputados integrantes da Frente Parlamentar e que sua diretoria considera essenciais para o desenvolvimento cotidiano e futuro das atividades dos procuradores paulistas.

Fundamentalmente, a Apesp apresentou a reivindicação de que o comando da PGE adote como prioridade de gestão a constituição de carreira de apoio, de níveis médio e superior, a fim de propiciar condições minimamente adequadas de suporte ao trabalho aos procuradores.

Na reunião, Elival manifestou concordância com a proposta de criação de carreira de apoio de nível superior, desde que não envolva a seleção de profissional de apoio jurídico, e apresentou algumas considerações técnicas sobre dificuldades para a criação de carreira de apoio de nível médio,

sinalizando com a possibilidade da PGE se socorrer, após a nomeação dos 250 cargos de oficial administrativo em concurso, da bolsa de cargos da Administração. O procurador geral disse também que somente em fevereiro poderia dar andamento às tratativas visando à criação de carreira de apoio de nível superior.

Na ocasião, e a partir das considerações do procurador geral, notadamente quanto à oposição ao apoio jurídico e à criação de carreira de apoio de nível médio, a diretoria da Apesp, coadjuvada pelo deputado Capez, pleiteou a ampliação do quadro de estagiários, para que cada procurador tenha à sua disposição pelo menos dois estagiários, bem como o uso da bolsa de cargos para efetivamente dotar a PGE de estrutura administrativa compatível com suas responsabilidades.

O deputado Fernando Capez ainda se colocou à disposição do procurador geral para auxiliá-lo e até acompanhá-lo em reuniões com o governo para viabilização desses pleitos.

Outro pleito formulado na reunião – e que tem sido objeto de manifestações da Apesp – foi a necessidade de revogação da chamada “Lei da

Mordaza” existente na atual Lei Orgânica (Lei n. 478/86, art. 110, IV).

Quanto a esse tópico, o procurador geral assegurou a todos que não reproduzirá o dispositivo no Projeto de Lei Orgânica e que tampouco pretende aplicá-lo.

Também participaram da reunião, em apoio às propostas apresentadas pela Apesp, representantes do Sindiprosp e da Associação dos Procuradores Autárquicos que, na oportunidade, apresentaram proposta para o Projeto de Lei Orgânica da PGE acerca do disciplinamento da assunção das autarquias.



Da esq. para a dir.: José Francisco Lopes de Miranda Leão, conselheiro fiscal do Sindiprosp; Márcia Semer, presidente da Apesp; Elival da Silva Ramos, procurador geral do Estado de São Paulo; Fernando Capez, deputado estadual (PSDB); João Clímaco Penna Trindade, presidente da Apaesp.

CELEBRAÇÃO

Rita Lee anima festa de final de ano

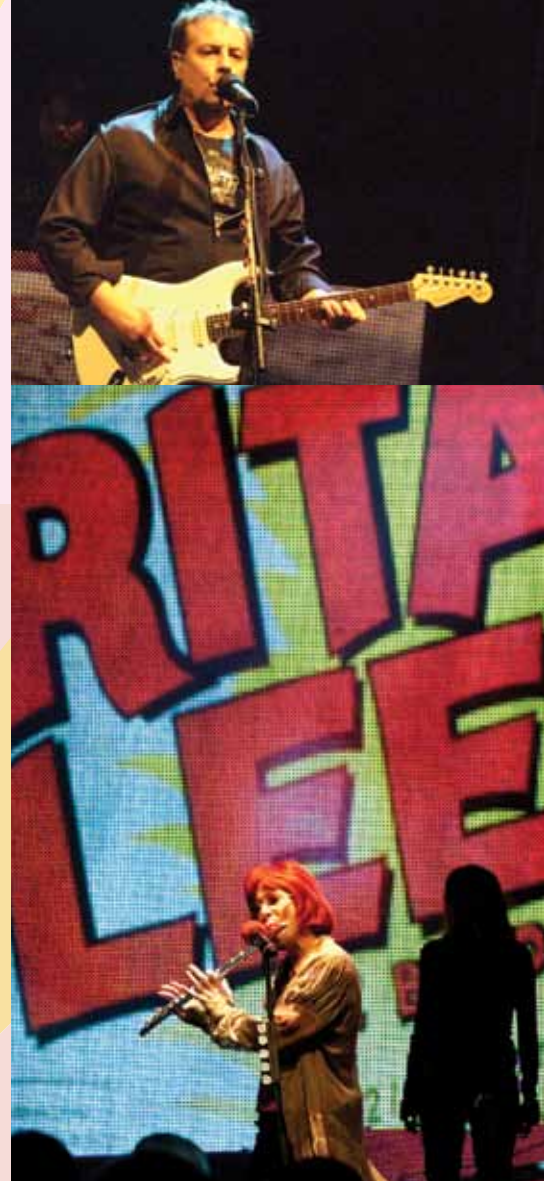
Em 3/12, o Clube Monte Líbano recepcionou a festa de final de ano da Apesp. Com cerca de mil pessoas presentes – entre procuradores associados, acompanhantes e autoridades convidadas – a celebração foi um sucesso. “Quero agradecer a todos que colaboram com a atual gestão, especialmente aos dedicados membros de nossa diretoria, na luta pelo fortalecimento da Advocacia Pública”, discursou Márcia Semer, presidente da Associação.

*“No ar que eu respiro
Eu sinto prazer
De ser quem eu sou
De estar onde estou
Agora só falta você, iê, iê”*

A principal atração da noite foi o *show* da roqueira brasileira Rita Lee que, com toda simpatia e sintonia com o público, apresentou sucessos do seu repertório e do *rock* brasileiro: “Ovelha negra”, “Doce vampiro”, “Banho de espuma”, “Baila comigo”, “Agora só falta você” etc. “Eu estou tentando entender até agora o que faz um procurador. Acho que eu deveria ter jogado no *Google*”, brincou a

artista. A plateia respondeu com muita animação, cantando junto todos os *hits* da cantora. A banda tinha também como integrantes Beto Lee (filho) e Roberto de Carvalho (marido), parceiro de Rita em suas principais canções (além de um baixista, um tecladista e um baterista).

Atração inesperada no *show* de Rita Lee foi a divertida apresentação de um Michael Jackson *cover*.



Procuradores abriram o *show* da principal roqueira brasileira

Para dar início ao agito, uma banda formada por procuradores do Estado, associados da Apesp de diversas gerações, fizeram uma animada apresentação como abertura do *show* de Rita Lee. Os colegas que mostraram todo o seu talento foram: Marcelo de Carvalho (ingresso na PGE: 1994), Maria Beatriz de Biagi Barros (ingresso na PGE: 1989), Júlia Cara Giovannetti (ingresso na PGE: 2010) e Jorge Miguel Filho (ingresso na PGE: 1994). O *show* teve sucessos do *blues* e do *rock* mundial. Vale destacar que Carvalho e Jorge Miguel integram a banda “Curva do Rio”.

Animação dos procuradores levou a festa até as 5h – A alegria dominou a festa da Apesp deste ano. Ninguém arredava o pé da pista de dança. Passadas as três da madrugada, havia uma multidão dançando. Passadas as quatro, o contingente era expressivo. A música parou por volta da 4h30, quando os animados procuradores ainda puderam tomar um café e degustar um *crepe suzette*, enquanto esperavam por seus carros ou táxis.

* O álbum completo de fotos da festa está disponível no site www.apesp.org.br (seções “Notícias” e “Eventos”).



Apesp presta homenagem aos colegas aposentados



Em 16/11, em festa promovida pela Apesp, os 24 procuradores que se aposentaram entre setembro de 2010 e setembro de 2011 receberam uma justa homenagem pela contribuição na construção da Procuradoria paulista e pela ativa participação no sucesso da Associação. Durante o ótimo jantar, servido em clima muito elegante, foi possível perceber a felicidade dos colegas e familiares com a homenagem.

No momento mais emocionante, a presidente da Apesp, Márcia Semer, e a diretora cultural e social, Márcia Zanotti, entregaram para cada procurador homenageado uma bela obra da artista plástica Erli Fantini, representando um “abraço” (veja imagem acima). “O abraço da escultura não é um abraço de despedida, mas um abraço de agradecimento pelo trabalho que os homenageados desenvolveram em prol da PGE e

da sociedade no curso de sua vida profissional; é um abraço de acolhimento para as novas lutas que seguiremos travando juntos no âmbito da Apesp. O momento é de agradecer aos homenageados a PGE que construíram, uma Instituição sólida e consolidada, bem como de agradecer a confiança de passarem a responsabilidade pela condução da PGE a todos nós, colegas da ativa, que tudo faremos para honrar a trajetória vitoriosa de vocês. Como numa corrida de revezamento, o corredor que conclui seu trajeto entregando o bastão para o companheiro não finaliza aí sua participação, porque ele segue acompanhando, torcendo, gritando, incentivando o corredor que o sucede. Da mesma forma, o colega que aposenta não deixa de participar e de integrar a instituição e a Apesp. Ao contrário, seguem inteiras suas atribuições de aconselhar, sugerir, criticar, incentivar os colegas

na PGE e, principalmente, de participar ativamente da vida e das lutas da Apesp”, afirmou Márcia Semer, presidente da Associação. Por fim, Semer fez também uma homenagem especial ao colega José Damião de Lima Trindade, ex-presidente da Apesp, por sua atuação na presidência da entidade, fundamental e decisiva para que os procuradores do Estado de São Paulo e de todo o país tenham o teto constitucional das carreiras jurídicas.

Conheça todos os queridos colegas que foram laureados:

Aloysio Nunes Ferreira Filho; Antonio Domingos Tiengo; Beatriz Penteado Stevenson T. Guerreiro; Carlos Alberto Lorenzetti Bueno; Carmen Cecília Codorniz Prado Leitão; Cecília Brenha Ribeiro; Diogenes Segatto; Eduardo de Mello; José Damião de Lima Trindade; José Domingos da Silva; Leslie Gorga Nunes; Luiz Sérgio da Silva Sordi; Mara Christina Faiwchow Estefam; Mara Maria Demétrio Gomes de Mello; Maria Aparecida Brandão Estancione; Maria do Carmo Quintão; Maria Lucia Giangiacomo Bonilha; Maria Tereza de Oliveira; Marisa Nittolo Costa; Olga Luzia Codorniz de Azeredo; Oscar de Mello Netto; Ricardo Gomes Correa; Sandra Inês Rolim Levy de Oliveira; Yara Chucralla Moherdau Blasi.

ESTANTE

Vigor intelectual da PGE é destaque em lançamento de livros na Apesp



Na final de outubro, a Apesp promoveu um coquetel para lançamento de livros de autoria de seus associados.

Além do total

de doze obras lançadas e a participação de seis autores no evento, a pujança intelectual existente na Procuradoria paulista ficou evidenciada pela variedade temática presente, incluindo novelas, filosofia e assuntos jurídicos. Conheça a seguir as obras lançadas:

- **O Enigma das Palavras – Uma razão de ser, a expressão pela palavra** (com a colaboração de Ada Pellegrini Grinover, Dora Maria Vendramini Barreto e Juvenal Boller de Souza Filho). Autora: Daisy Buazar. Editora: Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil.
- **Curso de Direito Ambiental** (4ª edição) e **Direito Ambiental e as Funções Essenciais à Justiça** (1ª

edição) (coautoria de diversos associados da Apesp). Autor: Guilherme José Purvin de Figueiredo. Editora: Revista dos Tribunais.

- **Prescrição no Código Civil – Uma Análise Interdisciplinar** (3ª edição); **Mandado de Segurança** (1ª edição); **Direito Processual do Controle de Constitucionalidade** (1ª edição); **Em Defesa de um Novo Sistema de Processos Coletivos: Estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover** (1ª edição); e **Panorama atual das tutelas individual e coletiva: Estudos em Homenagem ao Professor Sérgio Shimura** (1ª edição). Autora: Mirna Cianci. Editora: Saraiva.

- **Valsa do Adeus**. Autor: Raymundo Farias de Oliveira. Editora: RG Editores.

- **A Tutela Jurídica da Afetividade: os Laços Humanos como Valor Jurídico na Pós-modernidade**. Autor: Romualdo Baptista dos Santos. Editora: Juruá.

- **Adimplemento Contratual e Cooperação do Credor** (Editora Saraiva) e **A Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas** (2ª edição). Autor: Thiago Luís Santos Sombra (Editora Atlas).

Doação de livros – a Biblioteca da Apesp recebeu mais três contribuições para o seu acervo: “Adimplemento Contratual e Cooperação do Credor” (Editora Saraiva) e “A Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas” (2ª ed., editora Atlas), de autoria do diretor de assuntos parlamentares da Apesp, Thiago Luís Santos Sombra; e “Os Direitos Humanos na perspectiva de Marx e Engels”, de autoria do ex-presidente da Apesp, José Damião de Lima Trindade (Editora Alfa-Ômega).

OBRA COLETIVA REÚNE 28 PROCURADORES

O livro “Tratado das Imunidades e Isenções Tributárias” (Editora Verbatim) também foi lançado no último mês de outubro. A obra, que mobilizou 28 colegas, teve a organização da procuradora Mônica de Almeida Magalhães Serrano: “A ideia do livro surgiu após a necessidade, em decorrência do próprio trabalho no âmbito da Procuradoria Fiscal, de pesquisa sobre o tema desenvolvido, com a constatação de inexistência no mercado de algo sistematizado em termos de doutrina, ou seja, que abordasse todas as hipóteses necessárias. (...) E, assim, a obra foi idealizada, de modo a incluir todos os aspectos relativos às imunidades e isenções tributárias, compondo um verdadeiro ‘tratado’, com conceituações, espécies, temas controvertidos, além da doutrina e jurisprudências atuais”.

Encontro de Procuradores teve como cenário fazenda do século XIX

Lazer, descontração e um retorno na história brasileira foram os elementos presentes durante o XIX Encontro Estadual de Procuradores, realizado entre os dias 28 e 30 de outubro, na cidade de Itatiba. O evento teve lugar no Hotel “Fazenda Dona Carolina”, uma propriedade de meados do século 19, com uma arquitetura que remonta ao período colonial. A confraternização, em um clima familiar, também foi muito marcante. Dentre os 146 participantes, estavam 74 associados, 36 acompanhantes e 36 crianças. “As famílias presentes desfrutaram das maravilhas do apazível local. O tempo estava ótimo. O hotel consegue preservar as suas referências históricas, mantendo todo o conforto e acomodações luxuosas”, afirmou Marcia Zanotti, diretora social e cultural da Apesp. Na noite de sexta, logo após o jantar, procura-

dores e familiares puderam ainda desfrutar de uma agradável rodada de seresta, que se estendeu até a madrugada; no sábado, a música ao vivo à beira da piscina embalou o final da manhã e uma divertida disputa cultural movimentou a noite dos presentes.

As atividades recreativas para as crianças entre 3 a 14 anos se estenderam das 10h às 23h, sempre com a presença de monitores. A prática de esporte incluiu caminhadas, caiaque, arco-e-flecha, arvorismo e tirolesa. Foram destaques também: i) *tour* pela plantação de café, com degustação; ii) visita histórica pela Fazenda Dona Carolina; iii) visita guiada à Cachaçaria Dona Carolina, com degustação; iv) *workshop* de maquiagem Mary Kay.

BATE-PAPO COM A PRESIDENTE

A presidente da Apesp, Márcia Semer, reuniu na tarde de sábado (29/10) a maioria dos associados presentes para uma conversa sobre assuntos de interesse para toda a carreira. Conheça os principais tópicos abordados: repercussão da resolução que regulamentou a GAE, com o estabelecimento de dispositivos que criam distinção entre o contencioso da Capital e do Interior, entre procuradores do GPG e procuradores da banca, que extingue o benefício para os colegas da Grande São Paulo, dentre outras incongruências do modelo adotado; importância de se trabalhar pela criação de carreira de apoio e iniciativas da Apesp sobre o tema; panorama das propostas relativas à advocacia pública no Congresso Nacional e na Alesp.

GALERIA

Publicamos a seguir uma seleção de fotos do Encontro de Procuradores. Um álbum completo de fotos está disponível no site www.apesp.org.br (seções “Notícias” e “Eventos”)



Programa "Argumento" recebe o presidente do Conselho Federal da OAB Ophir Cavalcante, o deputado estadual Fernando Capez e o deputado federal Paulo Teixeira



O terceiro bloco de entrevistas do programa "Argumento—Advocacia Pública em Ação" tem como destaque a presença do presidente do Conselho Federal da OAB Ophir Cavalcante, do deputado estadual Fernando Capez e do deputado federal Paulo Teixeira (líder do PT na Câmara dos Deputados). Ophir – que é procurador do Estado do Pará – detalhou a atuação da Ordem em defesa dos interesses e prerrogativas dos advogados públicos. O deputado Capez – que é promotor de justiça – tratou dos pleitos legislativos da Procuradoria paulista, tais como: criação de uma carreira de apoio para a PGE SP; revogação do art. 110, inciso IV (LOPGE), que proíbe o procurador do Estado de "manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado pelo procurador geral" etc. Teixeira abordou a importância da mobilização da Advocacia Pública nas Casas Legislativas.

CONHEÇA AS EDIÇÕES DO PROGRAMA "ARGUMENTO" QUE FORAM AO AR EM NOVEMBRO E DEZEMBRO!

Cristiana Mundim Melo, advogada da União e coordenadora substituta do Grupo Proativo da Procuradoria Geral da União da 3ª Região, e **André Luiz de Almeida Mendonça**, advogado da União e membro titular do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (tema: grupo permanente de atuação proativa da AGU/Recuperação de ativos).

Ricardo Kendy Yoshinaga, procurador do Estado de São Paulo e coordenador da Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares, e **Messias José Lourenço**, procurador do Estado de São Paulo em exercício na Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares (tema: atuação da Comissão de Procedimentos Disciplinares).

Ophir Cavalcante, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (tema: atuação da Ordem em defesa dos interesses e prerrogativas dos advogados públicos).

José Damião de Lima Trindade, procurador do Estado e ex-presidente da Apesp (tema: Direitos Humanos e Advocacia Pública).

José do Carmo Mendes Júnior, procurador do Estado e secretário adjunto da Casa Civil. (tema: necessidades jurídicas do Estado e a atuação da PGE SP)

Mônica de Almeida Magalhães Serrano, procuradora do Estado de São Paulo, atualmente classificada na Procuradoria Fiscal, e coordenadora do livro "Tratado das Imunidades e Isenções Tributárias", e **Paulo Gonçalves**

da Costa Jr., procurador do Estado de São Paulo, atualmente classificado na Procuradoria Fiscal (tema: a atuação da advocacia tributária do estado de São Paulo).

Assista: todas as edições do "Argumento" estão disponíveis no site < www.apesp.org.br >.

ANOTE: CONHEÇA A AGENDA E OS PRÓXIMOS ENTREVISTADOS DO "ARGUMENTO"!

JANEIRO/2012

Thiago Sombra e Marcos Ribeiro de Barros, procuradores do Estado, classificados na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo em Brasília (tema: atuação da PGE SP nos Tribunais Superiores).

→ dia 7, às 12h, com reprise no dia 11/01, às 10h.

Juan Carpenter, procurador do Estado, chefe da Assessoria Jurídica do Governo (AJG) (tema: o trabalho dos procuradores na Assessoria Jurídica do Governo).

→ dia 14, às 12h, com reprise no dia 18/01, às 10h.

Eduardo José Fagundes, procurador do Estado e subprocurador do Contencioso Tributário Fiscal da PGE SP (tema: atuação da PGE SP na cobrança da dívida ativa paulista).

→ dia 21, às 12h, com reprise no dia 25/01, às 10h.

Fernando Capez, deputado estadual (PSDB) e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública da Alesp (tema: o papel das Frentes Parlamentares nas Casas Legislativas).

→ dia 28, às 12h, com reprise no dia 1º/02, às 10h.

FEVEREIRO/2012

Dirceu José Vieira Chrysostomo, ex-procurador geral do Estado (1992/1995). (tema: considerações e perspectivas sobre a advocacia do Estado)

→ dia 4, às 12h, com reprise no dia 8/02, às 10h.

Evandro de Castro Bastos, presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, e **Carlos Figueiredo Mourão**, presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo (tema: Advocacia Pública nos municípios).

→ dia 11, às 12h, com reprise no dia 15/02, às 10h.

Marcos Nusdeo, ex-procurador geral do Estado (2006/2010) e ex-presidente da Apesp (abr./2006 a dez./2006) (tema: atuação da Procuradoria do estado de São Paulo).

→ dia 18, às 12h, com reprise no dia 22/02, às 10h.

Mariângela Sarrubbo Fragata, procuradora-chefe do Centro de Estudos da PGE SP. (tema: o papel do Centro de Estudos da PGE na qualificação e aprimoramento dos procuradores paulistas).

→ dia 25, às 12h, com reprise no dia 29/02, às 10h.

MARÇO/2012

Deputado Paulo Teixeira, líder do PT na Câmara dos Deputados e integrante da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública no Congresso Nacional (tema: o papel da Advocacia Pública e os avanços legislativos).

→ dia 3, às 12h, com reprise no dia 7/03, às 10h.

Orlando Muniz, procurador federal e diretor da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, **Gustavo Amorim**, advogado da União da 3ª Região, e **Adriana Fantin**, advogada da União da 3ª Região (tema: Advocacia da União e o trabalho de conciliação).

→ dia 10, às 12h, com reprise no dia 14/03, às 10h.

Rafael Camargo Trida, procurador do Estado de São Paulo do Setor de Execuções contra a Fazenda Pública, e **Fábio Daher Montes**, procurador do Estado de São Paulo classificado na CJ da Secretaria de Segurança Pública (tema: a nova advocacia pública).

→ dia 17, às 12h, com reprise no dia 21/03, às 10h.

Rogério Leite Chaves, procurador-geral do Distrito Federal (tema: a Procuradoria do Distrito Federal).

→ dia 24, às 12h, com reprise no dia 28/03, às 10h.

Márcio Mendes, procurador do Estado de São Paulo classificado na Seccional de Franca (PR de Ribeirão Preto), e **Márcio Massei**, procurador do Estado de São Paulo classificado na Seccional de Bragança Paulista (PR de Campinas) (tema: o trabalho do procurador do interior do estado de São Paulo).

→ dia 31, às 12h, com reprise no dia 4/04, às 10h.

SAIBA MAIS!

Uma realização da APESP – em parceria com a TV PUC SP e a Eletrobrás –, o programa "Argumento" apresenta um formato de entrevistas com 30 minutos de duração, quando os convidados conversam sobre temas relacionados à atuação da Advocacia Pública em São Paulo e no Brasil. "Argumento" é exibido todo sábado às 12h (reprise na quarta-feira, às 10h), com apresentação da presidente da Apesp Márcia Semer. Para sintonizar a TV Justiça: Digital (canal 64); Net São Paulo (canal 6); TVA (canal 184).

Inverno em nossa história

Para quem, como eu, se aventura a escrever sobre cinema, sem ser especialista no assunto, muitas vezes a tarefa é árdua, ou uma missão impossível, sem os espetaculares efeitos especiais que o filme homônimo apresenta e que tanto atrai o espectador. Mesmo assim, vou em frente e espero, com isso não entediar demasiadamente o leitor, recebendo dele a condescendência de um colega.

Nos últimos meses, assisti a vários filmes, mas posso afirmar que poucos me impressionaram a ponto de escrever sobre eles, principalmente porque, para que isso aconteça é preciso que essa expressão artística, tão democrática e ao alcance do povo, fale de perto ao coração.

Dos que estão em cartaz destaque, sem ordem de preferência, “A Chave de Sarah”, produção francesa, dirigida por Gilles Paquet Brenner e cuja interpretação, sempre primorosa de Kristin Scott Thomas, atriz inglesa, que vive na França há vários anos e que fala um francês perfeito, faz dessa história bem contada uma bela distração.

O filme traz à tona fato verídico que os próprios franceses procuram omitir, pois mancha a história francesa e, em 1995, mereceu um pedido de desculpas por parte do então presidente da República Jacques Chirac. Retrata perseguição antissemita na França, pelos próprios franceses

– a tragédia do Velódromo de Inverno, ocorrida em julho de 1942. Nesta ocasião, cerca de 13.000 judeus franceses, homens, mulheres e crianças, foram arrancados de suas casas e jogados no velódromo por cinco dias, sem comida, com pouca água e sob assustadoras condições de higiene. Alguns se suicidaram ali mesmo, outros foram mortos tentando fugir. Os demais foram enviados a campos de concentração como Drancy e Auschwitz. Muito poucos voltaram.

A história real é contada a partir da ficção em que uma jornalista francesa (Kristin Scott Thomas) busca respostas para um enigma que envolve uma menina (Sarah) que teve sua vida e de sua família destruídas pela perseguição aos judeus na Segunda Guerra Mundial.

Reportando-se a duas épocas distintas, intercalando fatos do passado e do presente, esse filme é digno de ser visto, não só pelo roteiro cativante, que deixa o espectador em suspense, mas também pelo fato de revolver um passado dos quais poucos têm notícia e que muito envergonha a humanidade.

Digno de nota é também o filme inglês “Late Bloomers, o Amor não tem fim”, com Isabella Rossellini e William Hurt, comédia romântica escrita e dirigida por Julie Gravas, que retrata a crise pessoal e matrimonial de casal na terceira idade.

Ao revelar com humor e certo otimismo o envelhecimento de seus personagens, a roteirista e diretora Julie Gravas traz uma boa dose de cinismo, pela reação mais conservadora dos três filhos adultos do casal, à atitude e crise vivida pelos pais.

É interessante notar como filme indica a maneira, completamente diferente, como homem e mulher encaram e enfrentam o envelhecimento. O humor é sutil mas, como já dito, bastante irônico, retratando as dificuldades e desafios da terceira idade e do relacionamento amoroso de um casal nessa faixa etária.

Isabella Rossellini e William Hurt são atores maravilhosos e a interpretação perfeita de seus personagens traz humor e graça a essa comédia que repensa a outra extremidade da vida e dela faz um balanço.

Como meu espaço está acabando, sugiro ainda dois filmes argentinos, pois é sempre um prazer assisti-los:

- 1- “Medianeras: Buenos Aires na Era do Amor Virtual”, do jovem e talentoso diretor argentino Gustavo Taretto que, homenageando o diretor Woody Allen, faz uma comédia romântica com humor e sutileza, relatando a solidão, a confusão e o desencontro nas grandes cidades.
- 2- “Um conto chinês”, dirigido por Sebastián Borensztein, que tem como ponto alto a atuação do famoso Ricardo Darin, interpretando um solitário e obsessivo dono de casa de ferragens que se vê na contingência de ajudar um jovem chinês que, sem dinheiro e sem ter como se comunicar, acaba por cruzar o seu caminho.

Essas são, por ora, as minhas sugestões.

Márcia Zanotti é diretora social e cultural da Apesp

Imagens retratam gênio criativo de Charles Chaplin



No último dia 22/11, a Apesp promoveu uma visita monitorada à exposição “Charles Chaplin e sua imagem”, que esteve em cartaz no Instituto Thomie Ohtake. Os participantes puderam – por meio de filmes, projeções, fotografias, cartazes e manuscritos – conhecer um painel profundo da criatividade e genialidade do cineasta (ator, compositor e bailarino) britânico. Após atuar nos palcos londrinos, Chaplin construiu sua carreira cinematográfica nos Estados Unidos, quando criou personagens inesquecíveis (do vagabundo ao ditador) – que traduziram o grande cenário do início do século passado, repleto de lirismo e transformações sociais definitivas para toda a humanidade.



G O V E R N O F E D E R A L

BRASIL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



INFORME PUBLICITÁRIO



Procurador:

**you can take care of your health
with the best, paying less.**

Graças à parceria da APESP com a Qualicorp, você pode ter um plano de saúde, coletivo por adesão, de alto padrão de qualidade, até 30% mais barato*.

Confira o quanto vale a pena.

SulAmérica
associada ao ING

Unimed 
Paulistana

OdontoPrev
Especialistas em Odontologia

Ligue **0800 777 4004**
ou faça uma simulação de valores:
www.qualicorp.com.br


Qualicorp
soluções em saúde